

O Plano Juncker

A sua importância e o caso português

ANALYSIS PAPER

MAIO / 2017





O actual Plano Europeu de Investimento, em vigor até 2017 e com uma versão 2.0 em *pipeline* para 2018, é a resposta europeia à falta de investimento na UE. Qual a prestação portuguesa e como será reestruturado no futuro?

DR

O **Plano Europeu de Investimentos Estratégicos**, anunciado em 2014, a vigorar durante o período 2015-2017, é a estratégia europeia, desenvolvida sob a supervisão do Vice-Presidente e Comissário para o Emprego e Crescimento, Jyrki Katainen, para responder à crise económica de 2008, que provocou um decréscimo generalizado do investimento na União Europeia. Adicionalmente, este Plano tem também o objectivo de ajudar a estimular o mercado de capital de risco, catalisando mais investimento privado.

Portugal tem uma participação em linha com a média europeia (13 projectos), em particular a partir de 2016. A maioria dos projectos aprovados são autorizações de garantias a instituições bancárias. Quanto aos projectos nas restantes áreas, destacamos o maior projecto financiado em Portugal, o *Lisbon Urban Renewal Housing Climate*, no valor de 523 milhões de euros, co-financiado em 50%.

Este documento está dividido nos seguintes oito pontos:

1. **Contexto**
2. **O Plano Europeu de Investimento**
3. **FEIE - Um ano de actividade**
4. **Fundo Pan-Europeu Capital de Risco**
5. **Plataformas de investimento do EFSI**
6. **Fundo Europeu para o Desenvolvimento de Sustentável**
7. **Blending dos fundos do Connecting Europe Facility e do FEIE**
8. **Conclusão: um instrumento com futuro**

1. Contexto

Em Portugal, a crise de 2008 começou como uma crise bancária que se transformou numa crise de dívida soberana, com um impacto negativo nas finanças públicas de vários países europeus.

Durante a crise, os activos financeiros, resultantes do investimento em produtos financeiros complexos, desvalorizaram, obrigando os bancos a reportar perdas e dando início à crise bancária. Isto levou à quebra na atribuição de crédito a outros sectores económicos, conduzindo ao abrandamento da economia e à conseguinte crise nas finanças públicas. Como consequência da acumulação de perdas financeiras e da perda de volume de negócio dos bancos, estes viram-se obrigados a recorrer a ajudas estatais. Por outro lado, a crise económica agravou a situação no já débil mercado europeu de capitais de risco, levando à divisão por nacionalidades ainda maior dos fundos então existentes, já de si pouco europeizados. Assim, os fundos de capitais que eram pequenos (82 milhões de euros em média) ficaram ainda mais reduzidos.

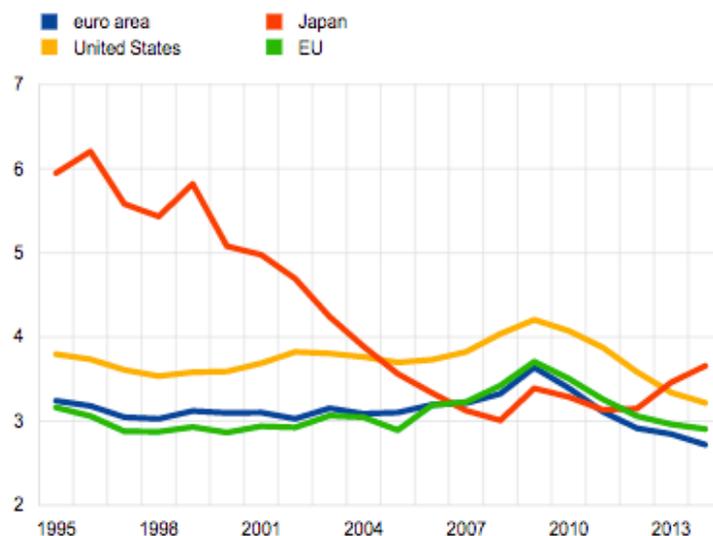
Como resultado destes dois factores, as economias europeias viram-se asfixiadas de financiamento em 40% (dados de Abril 2017)¹, impossibilitadas de recorrer às fontes de financiamento tradicionais ou alternativas, como o capital de risco.

O Banco Unicredit² estimava que em 2015 eram necessários 2,6 biliões de euros para cobrir o intervalo entre o investimento realizado e o necessário, público e privado, de forma a manter um crescimento estável da economia, na União Europeia. Esta tendência é particularmente visível no sector privado onde, entre meados de 2007 e 2013, o investimento privado caiu 3% do PIB.

Outro indicador interessante é a formação bruta de capital fixo, que pode ser interpretado como o investimento em activos fixos na economia. Segundo o website da

Gráfico 1: Investimento Público

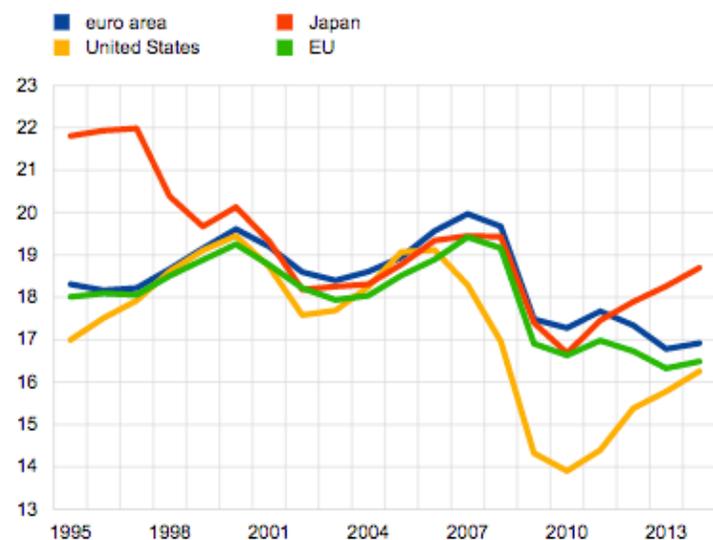
(as a percentage of GDP)



Fonte: [Public investment in Europe](#), 2016, Comissão Europeia

Gráfico 1: Investimento Privado

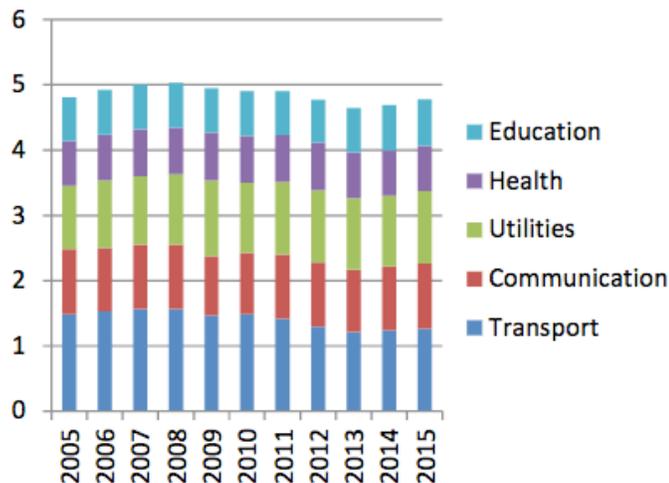
(as a percentage of GDP)



Fonte: [Public investment in Europe](#), 2016, Comissão Europeia

A crise de 2008 afectou de forma severa as reservas de capital no sector bancário, resultando na perda de confiança destas instituições financeiras na economia. Este facto, aliado aos baixos juros de referência praticados pelo BCE dificultam o investimento privado.

Gráfico 3: Investimento em infraestruturas na UE



Fonte: [Public investment in Europe](#), 2016, Comissão

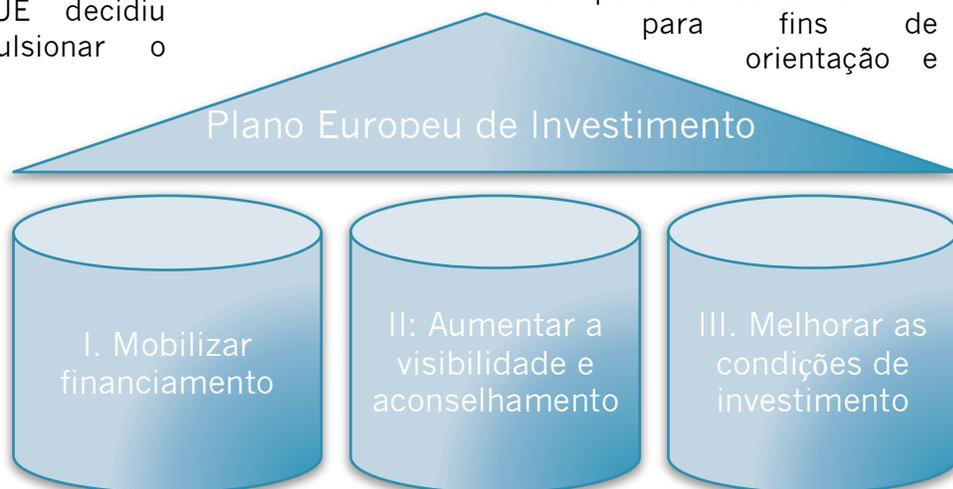
OCDE, a partir de 2008, este indicador revela um forte decréscimo na União Europeia. Ora, o investimento em activos fixos inclui infraestruturas onde, segundo o Banco Europeu de Investimento, entre 2008 e 2013, foi registado um decréscimo transversal a vários sectores, avaliado em quase 0.5% do PIB da União Europeia.

Foi neste contexto que a UE decidiu desenvolver formas de impulsionar o investimento na União Europeia. Em 2014, a Comissão Juncker desenvolveu o Plano Europeu de Investimento (também conhecido como Plano Juncker).

2. O Plano Europeu de Investimento

O **Plano Europeu de Investimento**, desenvolvido pela Comissão Europeia, visa mobilizar 315 mil milhões de euros para investimentos em infraestruturas, investigação e inovação, educação, energias renováveis e eficiência energética, para o período 2015-2017. De notar que as instituições europeias contribuem com apenas 7% deste montante. O restante virá da parte de investidores terceiros. Segue-se uma explicação mais completa mais abaixo. Este plano assenta em 3 pilares:

- I. **Mobilizar financiamento** através da criação de um **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos** (mais informação abaixo)
- II. **Aumentar a visibilidade e aconselhamento**
 - a) O **Portal Europeu de Projectos de Investimento** reúne os promotores europeus de projectos e os investidores dentro e fora da UE, possibilitando o *crowding-in* de investimentos.
 - b) A **Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento** apoia o desenvolvimento e o financiamento de projectos de investimento na UE através de um ponto de contacto único para fins de orientação e



O FEIE financia projectos de interesse comum europeu que visem contribuir para completar o mercado interno em sectores como Energia, Infraestruturas, PMEs, Ambiente e Educação.

aconselhamento, proporcionando uma plataforma para o intercâmbio de conhecimentos e a coordenação da assistência técnica existente. Através da sua rede de instituições parceiras, esta plataforma presta os seguintes serviços:

- Estruturação de Projectos
- Conselho financeiro
- Reforço das capacidades
- Assessoria política

III. **Melhorar as condições de investimento** - tem como objectivo remover barreiras ao investimento e criar melhor regulação. Para este objectivo contribui a criação do Mercado Único de Capitais.

Este documento focar-se-á exclusivamente nas características do **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos**, a componente fundamental deste instrumento e aquela que mais interessa às empresas portuguesas.

O que é?

O **Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE)** é o principal pilar do **Plano Europeu de Investimento** e tem base legal no Regulamento Europeu 2015/1017 de 25 de Junho de 2015.

Para permitir que o FEIE apoie o investimento, foi constituída uma garantia da UE ao BEI de 16 mil milhões de euros. Por sua vez, o Banco Europeu de Investimento (BEI) contribuiu com 5 mil milhões de euros (capital) para o FEIE. Assim, o FEIE conta com um orçamento composto de 21 mil milhões de euros para investir. Desta forma, a Comissão Europeia conta alavancar o mercado numa proporção de 1:15, angariando 294 mil milhões de euros de entidades terceiras, impulsionando a procura agregada europeia.

Através da atribuição ao BEI de uma capacidade de cobertura de riscos, o FEIE pode apoiar projectos que contribuam para corrigir falhas de mercado existentes (falta de visão a longo prazo dos investidores, grande aversão ao risco por parte dos investidores privados, externalidades positivas transfronteiriças de investimentos de infraestrutura, etc) e situações de investimento sub-óptimos. Sem a garantia da UE, o BEI não teria capacidade para assumir o risco de investir num determinado projecto (princípio da adicionalidade). O **FEIE** apoia:

- **Investimentos** para projectos economicamente viáveis com um perfil de risco mais elevado do que os apoiados pelas operações normais do BEI;
- **Melhor acesso ao financiamento** directo para entidades com um máximo de 3 mil trabalhadores, com especial destaque para as PME e para empresas pequenas e de média capitalização, principalmente através do Fundo Europeu de Investimento (FEI).

Áreas e sectores financiados?

O FEIE financia **projectos de interesse comum europeu** que visem contribuir para completar o mercado interno em vários sectores, obedecendo às seguintes áreas prioritárias - R&D, Energia, Infraestruturas, PME, TIC, Ambiente e Educação. Para cada área está estipulado um conjunto de objectivos prioritários (ver esquema abaixo). Muitas vezes, os objectivos prioritários de cada área estão alinhados com os objectivos dos principais programas europeus, como a **Facilidade Ligar Europa** (*Connecting Europe Facility*) ou o **Horizonte 2020**.



- i) projectos conformes com o Horizonte 2020;
- ii) infraestruturas de investigação;
- iii) projectos e programas de demonstração, bem como a implantação das infraestruturas, tecnologias e processos conexos;
- iv) apoio ao mundo académico, incluindo a colaboração com a indústria;
- v) transferência de conhecimentos e de tecnologia.



- i) expansão da utilização ou do aprovisionamento em energias renováveis;
- ii) eficiência energética e poupança de energia, com particular destaque para a redução da procura de energia através da gestão da procura e da renovação de edifícios;
- iii) desenvolvimento e modernização das infraestruturas energéticas, em especial no que se refere a interligações, redes inteligentes a nível da distribuição, armazenamento de energia e sincronização das redes.



- i) projectos e prioridades transversais elegíveis ao abrigo dos Regulamentos do Instrumento Ligar Europa (n.o 1315/2013 e n.o 1316/2013);
- ii) projectos de mobilidade urbana inteligente e sustentável vocacionados para a melhoria da acessibilidade e para a redução da emissão de gases com efeito de estufa, do consumo de energia e de acidentes;
- iii) projectos de conexão de nós urbanos às infraestruturas da RTE-T.



- i) disponibilização de meios para investimento e fundo de manuseio;
- ii) concessão de financiamento de risco, desde a criação da empresa até à sua expansão, a PME, a novas empresas, a pequenas empresas de média capitalização e a empresas de média capitalização, a fim de garantir a liderança tecnológica em sectores inovadores e sustentáveis.



- i) conteúdos digitais;
- ii) serviços digitais;
- iii) infraestruturas de telecomunicações de alta velocidade;
- iv) redes de banda larga.



- i) projectos e infraestruturas no domínio da protecção e da gestão do ambiente;
- ii) reforço dos serviços associados ao ecossistema;
- iii) desenvolvimento urbano e rural sustentável;
- iv) iniciativas relativas às alterações climáticas.



- i) educação e formação;
- ii) indústrias culturais e criativas;
- iii) soluções inovadoras no domínio da saúde;
- iv) novos medicamentos eficazes;
- v) infraestruturas sociais, economia social e solidária;
- vi) turismo.

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos vem prestar ajuda significativa à economia europeia. O sucesso deste programa vai motivar o seu prolongamento e reestruturação.

Como está estruturado?

A contribuição da UE para este instrumento apoia uma vasta gama de instrumentos financeiros. O FEIE está dividido em duas janelas de financiamento. A **Janela Infraestrutura e Inovação**, implementada através do BEI e **Janela PME**, implementada através do FEI, as duas instituições integrantes do Grupo BEI.

A **Janela PME** oferece (a) garantias a instituições financeiras intermediárias e capital de risco a fundos de investimento, via *Loan Guarantee Facility* e *Equity Facility for Growth* do COSME, e (b) concede apoio ao investimento na investigação e inovação das empresas, através de garantias e empréstimos³ em qualquer uma das áreas temáticas do Horizonte 2020, via *InnovFin*.

A **Janela Infraestruturas e Inovação** concede empréstimos para projectos avaliados em mais de 25 milhões de euros (contudo, fontes da Comissão Europeia indicaram que este critério não deverá ser impedimento para um projecto receber apoio do FEIE, sendo sempre executada uma análise projecto a projecto. Desta forma a Comissão Europeia pretende distribuir as verbas ainda disponíveis).

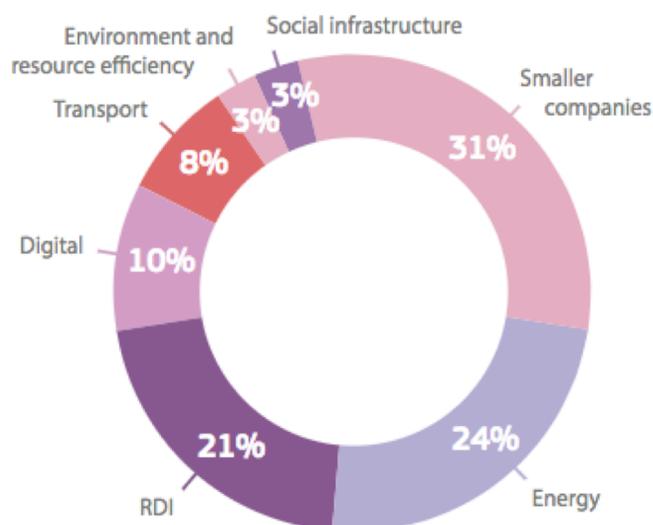
Quem pode participar?

Podem solicitar financiamento do FEIE entidades de todas as dimensões, incluindo entidades de utilidade pública, veículos de finalidade especial ou empresas responsáveis por projectos; PMEs (i.e. com um máximo de 250 trabalhadores) e empresas de média capitalização (i.e. com menos de 3 mil trabalhadores); entidades do sector público (excepto os próprios Estados-Membros); bancos de fomento nacionais ou outros bancos que concedam empréstimos intermediados; fundos e qualquer outra forma de veículo de investimento colectivo; plataformas de investimento específicas.

3. FEIE - Um ano de actividade

Desde a entrada em funcionamento do FEIE, 21% da totalidade dos projectos aprovados são da área da I&D, 24% na Energia e 31% para as PME.

Gráfico 4 - Projectos aprovados por tema



Fonte: Brochure on the Investment Plan for Europe 2017

Ao longo do primeiro ano de actividade do FEIE foram realizadas 477 transacções em todos os países da UE. Estas transacções representam um co-financiamento de 34 mil milhões de euros pelo BEI, mobilizando no total 183 mil milhões de euros em investimentos de terceiros, o que representa 58% do objectivo final de 315 mil milhões de euros. É importante destacar que estes números indicam que o co-financiamento do BEI encontra-se em 18%, mais 3% do que o esperado.

Tendo em consideração estes resultados, encontra-se em discussão a versão 2.0 do FEIE, onde as principais novidades deverão ser:

- Alargar a vigência do FEIE até 2020;
- Dado o seu grande êxito, o rápido reforço da vertente PME - tendo já atingido 65% do objectivo de 75 mil milhões a três anos, particularmente no que respeita a empréstimos via Innovfin;
- Aumentar o investimento total pretendido para 500 mil milhões de euros;
- Promover projectos intra-UE, com maior valor europeu;
- Maior cobertura geográfica e facilidade na conjugação com outras fontes de financiamento.

Para a próxima fase do debate, está prevista a votação deste regulamento na sessão plenária do Parlamento Europeu de 16 de Maio de 2017.

Um dos aspectos que se especula é que o EFSI venha a cumprir um papel que vai além do de programa de financiamento. O [Relatório dos Cinco Presidentes de 2016](#), apresentava a hipótese de aproveitar a estrutura do FEIE para criar um mecanismo de estabilização fiscal para a zona-euro, para lidar com choques externos, efectivamente criando uma espécie de União Fiscal.

Críticas ao FEIE

À medida que os resultados do primeiro ano de actividade do FEIE foram publicados, surgiram também algumas críticas ao seu funcionamento. De seguida, apresentamos as principais críticas registadas:

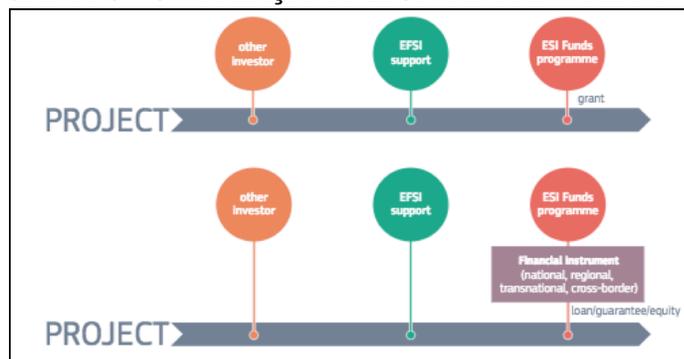
- A principal crítica ao FEIE é que grande parte do financiamento não foi direccionado para os países que tinham mais restrições de crédito, focando-se em vez disso na Alemanha, Itália e França;⁴
- Este programa dá uma grande preponderância às garantias, o que não é muito eficaz enquanto o BCE continuar com uma política de juros baixos, que dificultam o *crowding in* de investidores;⁵

- Para compensar a baixa de taxa de juros, o BEI devia ter um co-financiamento maior, assegurando a participação do sector privado;⁶
- Outra questão levantada por *think tanks* como o *Bruegel* é se os projectos apoiados respeitam o critério da adicionalidade, o qual exige que os projectos tenham um risco demasiado elevado para serem apoiados pelo BEI, sem apoio do FEIE.

O caso Português

Para países como Portugal, a Comissão Europeia recomenda que os promotores olhem também para os fundos estruturais como forma de complementar o financiamento que necessitam. A imagem abaixo ilustra como ambos os formatos de financiamento poderão ser conjugados, ao nível do projecto, complementando-se.

Gráfico 5 - Coordenação do EFSI com outros fundos



Fonte: CE

Relativamente à participação de Portugal neste programa, podemos observar, na tabela em anexo, que houve 4 projectos aprovados e cerca de 9 projectos na fase final de assinatura, representando um investimento total de 1,2 mil milhões de euros. É de destacar que a maioria dos projectos consiste na atribuição de garantias a instituições financeiras para financiamento intermediado à economia, que posteriormente, permitam a estas organizações mitigar o risco de conceder crédito às empresas portuguesas.

Concluindo, Portugal não é um dos principais beneficiários do FEIE. No entanto, com o objectivo de utilizar o máximo das verbas

disponíveis até ao fim de 2018, a Comissão Europeia indicou haver uma grande flexibilização na aprovação de projectos, quer no que respeita à dimensão dos projectos, quer quanto ao tipo de investimento, e em particular de países onde a participação é mais reduzida.

Uma vez que, até ao momento, foram investidas 56% das verbas disponíveis para este programa, é expectável que a Comissão Europeia e seus parceiros se sintam pressionados para estimular a rápida utilização destas verbas. É com esta estratégia em mente que a Comissão Europeia propôs a conjugação deste fundo com os fundos estruturais e propôs estender a vigência do fundo.

4. Fundo Pan-Europeu Capital de Risco

A Comissão Europeia está também a trabalhar com o FEI, com vista a ajudar a estabelecer Fundos Pan-Europeus de Capital de Risco que combinem financiamento público com capital privado, para trazer escala e impulso adicional para o apoio às empresas mais novas e promissoras, complementando as acções existentes do FEI.

São elegíveis fundos activos em, pelo menos, quatro Estados-Membros e países associados. O fundo deve ter uma dimensão de, no mínimo, 500 milhões de euros, 50% do qual deve provir de parceiros privados.

O FEI está disposto a investir na primeira ronda de novos fundos, financiando a *pari-passu* com outros investidores, até 25% ou 300 milhões de euros.

As primeiras candidaturas fecharam a 31/01/2017.

5. Plataformas de investimento do EFSI

A configuração de plataformas de investimento EFSI é flexível. Ambos os actores, públicos e privados, podem estabelecer plataformas (que normalmente também fornecem uma parte do financiamento), com a forma jurídica e a estrutura de financiamento a serem determinadas de acordo com as necessidades dos projectos e dos principais investidores. A

Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento pode aconselhar sobre a estruturação de plataformas de investimento.

Em Julho de 2016, o FEI lançou a Plataforma de Investimento em Participações EIF-NPI, uma estrutura governativa flexível, não vinculativa, que permite que as instituições de promoção nacional (IPN) igualem, num rácio de 1:1, o orçamento total de investimentos ao abrigo da Janela PME.

É uma oportunidade para a FEI e as IPN estabelecerem uma interacção operacional mais próxima e coordenada.

A Comissão Europeia pretende continuar a desenvolver o mercado de projectos de investimento sustentáveis/ecológicos, nomeadamente através do mercado de obrigações "verdes" e de uma melhor coordenação dos esforços desenvolvidos actualmente.

6. Fundo Europeu para o Desenvolvimento de Sustentável

Tendo em conta o sucesso deste instrumento, a Comissão Europeia decidiu replicar este modelo de financiamento *blending* em países fora da UE, como forma de estimular o investimento estrangeiro directo nestes países. Até ao fim de 2017, será publicado o Fundo Europeu para o Desenvolvimento de Sustentável, como parte integrante do Plano Externo de Investimento.

O Plano Externo de Investimento foca-se no desenvolvimento sustentável a longo-prazo seguindo os Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Prioriza os investimentos em assistência técnica e a criação de um portal *one-stop-shop* para investidores públicos e privados.

O **Fundo Europeu para o Desenvolvimento de Sustentável** é composto por duas plataformas regionais (África e países da vizinhança) e apoiará garantias inovadoras e instrumentos semelhantes para ajudar a mobilizar investimentos adicionais públicos e privados de até 44 mil milhões de euros, recorrendo a uma contribuição de 3,35 mil milhões de euros do

orçamento da UE e do Fundo Europeu de Desenvolvimento.

7. Blending dos fundos do Connecting Europe Facility e do FEIE

O CEF e o FEIE publicaram uma *call* conjunta para a área dos transportes. Esta reestruturação tem como objectivo impulsionar os projectos de transporte do FEIE e atrair investimento privado.

Esta parceria envolve:

- Transferir 155 milhões de euros para o FEIE;
- Aumentar os fundos do envelope de transportes do CEF com mais 400 milhões de euros;
- Possibilidade de combinar subvenções com garantias e empréstimos transferindo mil milhões de euros do *CEF Transport Financial Instruments* para subvenções.

Esta *call* tem como prioridades:

Core Network Corridors	€450 million
Other sections of the Core Network	€100 million
Rail interoperability	€50 million
European Rail Traffic Management System (ERTMS)	€100 million
Innovation and new technologies	€140 million
Safe and secure infrastructure	€10 million
Single European Sky - SESAR	€40 million
Intelligent Transport Systems for Road (ITS)	€40 million
Motorways of the Sea (MoS)	€40 million
Nodes of the Core Network	€10 million
Multimodal logistics platforms	€20 million

O Co-financiamento é de até 85%.

8. Conclusão: um instrumento com futuro

Para finalizar, destacamos os pontos principais:

- O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos é um instrumento europeu para revitalizar o investimento, público e privado na União Europeia, em resposta ao decréscimo do nível de empréstimos bancários em 40%, após a crise de 2008;
- O FEIE utiliza dinheiros públicos para atrair investimento privado, quer através de garantias, possibilitando ao sector bancário e de investimento a disponibilização de mais verbas, quer mediante ajuda directa a empresas e a projectos, através de empréstimos;
- O FEIE também foi criado como ferramenta para restaurar o mercado europeu de capital de risco;
- Em 2018, será lançado o FEIE 2.0 que consubstanciará importantes alterações relativamente à sua primeira versão, tais como o aumento das verbas destinadas a este programa, a possibilidade de conjugação deste programa com outras fontes e maior foco nas PME's. Verifica-se, assim, que algumas das críticas efectuadas à primeira versão deste programa foram tidas em conta;
- A médio prazo, o FEIE pode vir a ser a base da União Fiscal;
- Em Portugal, o sector financeiro é quem mais tem participado no programa, recebendo garantias financeiras. Os empréstimos a PME's não têm tido expressão significativa.

Fundada em 2009, a Eupportunity é uma consultora especializada em assuntos europeus. Com escritório em Bruxelas, no coração do bairro Europeu, está numa posição privilegiada para acompanhar as iniciativas políticas e legislativas europeias, defender as posições dos seus clientes perante o legislador comunitário e para identificar oportunidades de negócio e de financiamento a partir de Bruxelas.

Temos uma equipa experiente e multidisciplinar que trabalha em três grandes áreas de actividade: representação de interesses; financiamentos europeus; e internacionalização através das oportunidades geradas pelos fundos de cooperação externa e pela contratação pública das Instituições europeias.

Cerca de dois terços da legislação que, directa e indirectamente, afecta a actividade económica de milhões de cidadãos e empresas decidem-se nas Instituições Europeias: Comissão, Parlamento e Conselho. Conhecer o seu funcionamento, participar no processo de decisão e antecipar é a melhor forma de as empresas se preparem, atempadamente, para as alterações legislativas e encontrarem financiamentos e novos negócios.

Estar bem representado em Bruxelas é, sobretudo, estabelecer uma excelente rede de comunicação, interagir com as Instituições, monitorizar os desenvolvimentos das iniciativas políticas e legislativas relevantes e contribuir para soluções melhores e mais adequadas à realidade. É ser reconhecido como um *stakeholder* relevante que sabe o que se está a discutir, tem um contributo a dar no momento certo e aproveita as oportunidades. Na Eupportunity garantimos uma ligação permanente e personalizada entre os nossos clientes e as Instituições Europeias e *stakeholders* em Bruxelas.

Ser útil, credível e oportuno. **We know Brussels!**

A Equipa Eupportunity



Luis Queiró
Senior Partner



Henrique Burnay
Senior Partner



Beatriz Soares Carneiro
Consultora Sénior



Bernardo Aguiar
Consultor Sénior



Tomás Gonçalves da Costa
Consultor



Carla Velasco Martins
Consultora Sénior



Utímia Madaleno
Consultora Sénior



Afonso Duarte Araújo
Consultor

Anexo 1 - Participação de Portugal no FEIE em 2016

Title	EFSI financing	Total investment related to EFSI	Sector
Signed projects			
Susi Renewable Energy Fund II	65 m	Not disclosed	Energy
Growth Equity Fund Mid-caps	40 m	Not disclosed	Smaller companies; RDI
Lisbon Urban Renewal Housing Climate FL	51 m (1st tranche)	523 m	Transport; Social infrastructure
BPI Employment & Start-ups Programme	70 m	196 m	Smaller companies; Social infrastructure
BST Employment & Start-ups Programme	70 m	196 m	Smaller companies; Social infrastructure
BCP Employment & Start-ups Programme	70 m	196 m	Smaller companies; Social infrastructure
CGD Employment & Start-ups Programme	70 m	196 m	Smaller companies; Social infrastructure
TIIC Transport and Social Infrastructure Fund	60 m	Not disclosed	Transport; Social infrastructure
Montepio Employment & Start-ups Programme	20 m	56.00 m	Smaller companies; Social infrastructure
Approved projects			
Biomass Plants Portugal	50 m	96 m	Energy
Mecachrome usine du futur & innovation	40 m	82 m	Smaller companies; RDI
Nova SBE Campus	16 m	47 m	Social infrastructure
Wood RDI and Clean Manufacturing	50 m	103 m	Energy; RDI
Pre-approvals			
Portugal Employment & Start-ups Programme			BPI Employment & Start-ups Programme; BST Employment & Start-ups Programme; BCP Employment & Start-ups Programme; CGD Employment & Start-ups Programme; Montepio Employment & Start-ups Programme
Risk Sharing Programme Portugal			
SMEs Supply Chain Finance Facility			
Mid-cap Programme Loan Spain & Portugal			

Notas:

¹ Remarks on the progress of the Capital Markets Union , April 2017

² The Juncker Investment Plan: Comments for discussion at Bruegel, by Erik F. Nielsen, Global Chief Economist (UniCredit Bank), January 2015

³ Através dos programas: *InnovFin Large Projects e InnovFin MidCap Growth Finance*

⁴ http://www.epc.eu/pub_details.php?cat_id=4&pub_id=7175

⁵ idem

⁶ <http://bruegel.org/2016/05/assessing-the-juncker-plan-after-one-year/>



BRUXELAS

Rue du Parnasse 30,
1050 Bruxelles - Belgique
eupportunity@eupportunity.eu

LISBOA

Av. António Augusto Aguiar, 165, 1º dto
1050-014 Lisboa - Portugal

www.eupportunity.eu